

Em estado de memória: experiência, memória e pós-memória no relato de Tununa Mercado

Vitalina Rosa de Araújo¹
Cláudio do Carmo Gonçalves²

Resumo: A proposta deste trabalho é perscrutar a relação entre narração, experiência, memória e pós-memória no relato em primeira pessoa em que Tununa Mercado relata seu exílio na França, no México e seu retorno à Pátria. Observando a angústia frente à exigência de escrever e a dificuldade de esquecer, pretende-se perceber o estado da memória que procura reconstruir o passado e ressignificá-lo no presente através de uma escrita íntima. Para tanto, utilizaremos os conceitos a respeito de memória/experiência elaborados por Walter Benjamin, Beatriz Sarlo, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Marianne Hirsch, e Gagnebin.

Palavras-chave: Experiência. Exílio. Memória. Narração.

Em estado de memória: experience, memory and postmemory in the narrative of Tununa Mercado

Abstract: The proposal of this work is investigate the relationship between narrative, experience, memory and postmemory in the first-person narrative in which Tununa Mercado tells his exile in France, Mexico and the return home. Observing the anguish faced with the need to write and the difficulty of forgetting, we

¹ Mestra em Letras, Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Bolsista Capes 2012-2014.

² Professor Titular do Curso de Letras e do Mestrado em Letras, Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

claim to perceive the state of the memory that seeks to reconstruct the past and ressignificate it in the present through an intimate writing. Therefore, we use the concepts about memory/experience drawn from Walter Benjamin, Beatriz Sarlo, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Marianne Hirsch e Gagnebin.

Keywords: Experience. Exile. Memory. Narrative.

Introdução

As últimas décadas do século XX foram, sem dúvida, marcadas pelas mudanças no âmbito social, cultural e político, e dentre eles, o que mais marcou é o que Andréas Huyssen (2000) chamou de "emergência da memória", e que caracterizaria uma volta ao passado, em total contraste com o privilégio que antes era pensado para o futuro das primeiras décadas do século XX. E qual a melhor maneira de perpetuar uma história, senão pela escrita? A escrita é interpretada aqui como transposição da memória para o livro, relacionando-se como índice de preenchimento, de permanência. Por meio da escrita constrói-se memórias e mantém-se por gerações valores e concepções de um povo ou de uma nação.

É comum para as vítimas de eventos traumáticos, como foi o regime ditatorial na América Latina, carregarem em suas memórias experiências inenarráveis de quem viveu sob o signo da dor, carregarem em seu semblante o sofrimento, consequência da experiência daqueles que estiveram no limiar da morte. E através dos relatos, partilhando do processo de transmissão de memórias, podemos aproximar a nossa realidade de um mundo por nós não vivenciado.

A narrativa focada na capacidade humana de expor sua vivência na forma de discurso subjetivo, em diários, relatos, atribuindo aos eventos um novo significado, é o que chamáramos aqui de experiência compartilhada (pós-memória). Para Marianne Hirsch (1997) o termo reflete uma oscilação inquietante entre continuidade e cisão, sendo observado nos mecanismos de transmissão de memória aos descendentes de vítimas de grandes eventos traumáticos: trata-se de lembrar/conectar a lembrança de gerações anteriores num processo de memória de ligação. Hirsch procura explicar que essa transmissão de uma memória repassada/transmitida aos que não vivenciaram os fatos, mas os absorveram pelo relato é também uma forma de experiência. A pensadora concebe o conceito de pós-memória como "uma estrutura de transmissão inter e trans – geracional de conhecimento traumático de ponta e experiência" (HIRSH, 2011, p. 2), tratando-se de uma ação decorrente da recordação traumática, ao contrário do pós-traumático, caracterizado por um processo de remoção.

Benjamin (1996) defende que a troca de experiências entre os indivíduos acontece primariamente pela narrativa oral. Para Benjamin (1996) a arte de narrar está em vias de extinção porque a sabedoria, o lado épico da verdade também está extinto.

Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem-se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas (BENJAMIN, 1996, p. 200-201).

Benjamin (1996) afirma que a Guerra Mundial consagrou esta “queda” da experiência e da narração. “No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIN, 1996, p. 198). A reflexão nos conduz até o fim da Primeira Guerra Mundial, vista pelo teórico como perda do sentido da experiência, ou momento onde a narração se separa do corpo, ruptura que teria sido causada pelo horror de um combate do qual os homens voltavam silenciosos, sem experiências a compartilhar, impossibilitados que estavam de compreender/superar os fatos presenciados.

Benjamin (1996) acusa dois possíveis pontos cruciais que explicariam a ausência da palavra, que teria levado ao desmoronamento das narrativas. A primeira se dá pelo comportamento da burguesia no fim do século XIX, quando esse processo de perdas referenciais do coletivo começou a ficar acessível. No intuito de compensar os efeitos causados pelo advento industrial capitalista, a sociedade burguesa procura amenizar esse vácuo com um processo chamado de interiorização, valorizando mais o psicológico substituindo assim as experiências coletivas. Dessa maneira, as histórias voltadas para o indivíduo (psicológico) vão preenchendo as lacunas das histórias coletivas oralizadas, substituídas pelo romance. Benjamin (1996) determina ser aí o momento de um novo conceito de experiência, oposto ao da *Erfahrung* (Experiência), o da *Erlebnis* (Vivência). Propõe, então, a tese de que a relação existente entre ouvinte e narrador seria dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial importaria mais assegurar a possibilidade

de reprodução, o que tornava a memória “a mais épica de todas as faculdades” (BENJAMIN, 1996, p. 210).

Traçando um paralelo com as ideias de Paul Ricoeur, pode-se afirmar que a “Mnemosine”, a deusa da reminiscência, era para os gregos a deusa da poesia épica. Benjamin, em sintonia com Ricoeur, reafirma a reminiscência como fundadora da cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração, correspondendo à musa épica no sentido mais amplo:

Entre elas encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem em si. Uma se articula na outra, [...]. Tal é a memória épica e a musa da narração (BENJAMIN, 1996; p. 210).

Podemos entender, aqui, o poder que foi delegado à memória de eternizar uma tradição, de sobrepor-se aos tempos, salvaguardar o passado para servir ao presente e ao futuro. Afiançado pelas ideias de Benjamin e Ricoeur, Le Goff (1996, p. 438) defende que a memória é o antídoto do esquecimento:

No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se na fonte da Memória, que é a fonte de imortalidade.

Lembrança (memória) e amnésia (esquecimento) são ações conexas que se constituem como elementos imperativos e dolorosos na elaboração do conhecimento. Nesse contexto a memória é a única que tem o poder de conservar, de restaurar, e de ser evocada, quando necessário. Le

Goff (1996) esclarece que a memória, como propriedade de conservar certas informações, pode nos remeter a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar suas impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Pode-se, assim, recuperar certas áreas obscurecidas da memória ao invés de reproduzi-las como algo já concretizado ou cristalizado.

Referente à reminiscência, sabemos que ela implica um saber que foi adquirido anteriormente, trata-se não de um conhecimento científico, mas de uma sensação, ou de uma lembrança. Assim, ela depende da memória num sentido amplo, para representar o que está anteriormente presente, trazer à baila as sensações de um estado passado. Nesse aspecto, tanto a memória como a reminiscência não se produzem antes de um amadurecimento. A reminiscência se distingue pela capacidade de readquirir um saber anteriormente construído, que pode ser uma lembrança, uma sensação ou um conhecimento que ainda não se cimentou em uma lembrança oficial, mas que está presente como um saber anterior.

Para Aristóteles, o que distingue a memória propriamente dita, a *mnemê*, é a faculdade de conservar o passado, faculdade de evocar voluntariamente as coisas passadas (Le Goff, 1996). A memória constitui um primeiro nível de síntese cognitiva, e a evocação de uma lembrança conduz a uma sequência de fatos sucessivos, o que chamamos de experiência, ainda não organizada logicamente.

O processo de rememoração, portanto, não pressupõe a reconstituição exata de um determinado evento ou cadeia de eventos, mas sim um processo de reconstituição - coletiva ou individual - de lembranças, mantendo seus pontos falhos. Halbwachs, citado por Pierre Achard

(2007) no texto *Papel de memória*, diz que o “lembrar” coletivamente se constitui em retirar do passado o que ainda é vivo ou que é capaz de viver na mente dos grupos que os mantêm. Destarte, Achard (2007, p. 13) afirma que:

Lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.

Em estado de memória, relato de Tununa Mercado

O texto *Em estado de memória* reporta ao presente, por meio de um relato íntimo, o passado de exílio e de pertencimento nacional da argentina Tununa Mercado. A autora incorpora à narração das próprias sensações e de suas dolorosas recordações a descrição de efeitos físicos e psicológicos de pessoas que, como ela, encontram-se exiladas, vivendo um processo de perda da identidade e de dificuldade de inserção em uma nova cultura. Ao tratar das experiências pessoais de Mercado, a obra termina por mostrar algumas das sequelas emocionais resultantes do período da ditadura na Argentina.

Embora se trate de um relato íntimo, a autora se vale de um narrador (personagem) para trazer à tona histórias atravessadas pelo luto, por experiências individuais e coletivas marcadas pelo desterro, pelo vazio gerado pelo abandono forçado da pátria e pela lacuna deixada pela ausência das vítimas. Narrado em primeira pessoa,

o texto busca dar novos significados a uma experiência pessoal que é também evento coletivo, fazendo com que os anos passados sob o regime militar não passem despercebidos e caiam no esquecimento. A memória representa, desse modo, o elemento da redenção, que autoriza que a experiência atue como instrumento de rememoração de um passado restituído ao presente, ou seja, processado e transmitido. O “eu” presente no elemento discursivo da narrativa pode ser pensado como uma construção identitária que está sujeita ao jogo reflexivo da ação. Para Ricoeur (2007, p.40), esses fenômenos presentes nos discursos comuns, na vida cotidiana:

São atribuídos à memória. [...], o que justifica essa preferência pela memória certa é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória, [...]. Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado.

A valoração do narrador em Mercado consiste exatamente em contar (narrar) aquilo que ela retira da experiência, seja uma experiência de si ou narrada por outros. E é capaz de fazer com que seus leitores se comovam e incorporem essas experiências. Diante das estratégias narrativas utilizadas pela escritora, vemos a narradora (personagem) libertar-se de seu silêncio, fazendo com que a autora compartilhe com o público suas experiências, mesmo as que antecederam a ditadura militar:

o efeito que tiveram a Guerra Civil espanhola, a segunda Guerra Mundial e o nazismo na 'consciência universal', como se costuma dizer, sedimentou

em mim quando criança algo assim como um estrato que foi se adensando à medida que cresci, me tornei adulta, li e escrevi (MERCADO, 2011, p. 2, grifo do autor).

O uso da primeira pessoa é a oportunidade, para a narradora, de refazer-se psicologicamente depois que o ciclo do luto se completou, permitindo uma projeção através da escrita, em direção a um caminho menos incerto e a um futuro provável. Assim, o discurso narrativo deixa de ser meramente um recurso literário e se transforma numa experiência cognitiva, forjadora de identidade. A propósito de identidade, assim se manifesta Sarlo (2007, p. 19):

A identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 60, pelas estruturas. Restaurou a razão dos sujeitos, que foi, há décadas, mera 'ideologia' ou 'falsa consciência', isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. Por conseguinte história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada (grifo do autor).

Sarlo (2007) acredita que essas experiências sejam o surgimento de um novo fenômeno, e seriam, dessa maneira, anos marcados pela tentativa da reconstituição da vida através da rememoração da experiência e da revalorização do ponto de vista da primeira pessoa. No entanto, percebem-se ainda algumas instabilidades nesse tipo

de narrativa, produzindo a sensação de que as palavras não são suficientes para expressar a dor vivida. Sarlo salienta que os discursos, relatos referenciados em primeira pessoa, mesmo sendo uma aquisição tão cara à atualidade, devem ser abordados e questionados pela crítica:

os discursos começaram a circular e demonstraram ser indispensáveis para uma esfera pública de direitos. A memória é um bem comum, um dever [...] e uma necessidade jurídica, moral e política. [...] Pois bem, esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável (2007, p. 47).

O indivíduo, quando despossuído do sentido de sua vida, tenciona fincar marcas em relação aos objetos que o circundam, para manter sua permanência, ocasionando destarte, ora a alienação do sujeito, ora o aprofundamento do silêncio. Nessa conjuntura, percebemos no texto *Em estado de memória* a necessidade de a personagem narradora estar em estado contínuo com algo que lhe confere autenticidade e identidade, resquícios da memória que foram usurpados de sua vida e de tantos companheiros. Mercado faz o exercício de aproximar-se de certas sensações, pensamentos, lembranças que, embora provoquem nela uma estranheza radical, compõem um quadro próprio de vivências, de memórias recuperadas, como no momento em que visita a casa de Trotski, ponto máximo de proliferação do sentimento e dos sentidos das perdas sofridas:

À medida que passávamos de um cômodo a outro, íamos verificando cada sinal em seu lugar. Aparentemente, os rastros de Trótski continuavam os mesmos para nosso olhar e nosso tato, mas, se repetíamos o trajeto no mesmo dia ou em uma visita posterior, sempre surgia um detalhe novo. Naquela casa que impressiona por aquilo que não tem, por seu despojamento e sua secura, por seu absoluto rigor militante, para dizer de maneira apropriada, as coisas cresciam e multiplicavam-se, os sentidos proliferavam e prendiam-se a um ângulo de um quarto, a um papel, a uma lombada de um livro, à decadente vida e à exaltada morte da atmosfera do lugar (MERCADO, 2011, p. 133).

Além do testemunho em primeira pessoa, *Em estado de memória* apresenta experiências pessoais atravessadas pelas memórias de terceiros, adquiridas com o convívio com outros exilados ou resultantes da própria história familiar, chamadas aqui “memória herdadas” ou “memória tardia”. Segundo Marianne Hirsch (1997), estes termos revelam uma série de hipóteses contrárias, pois os descendentes e amigos dos sobreviventes de eventos traumáticos conectam-se profundamente às lembranças da geração anterior, a um passado que eles contraem por osmose, por uma “*memória de ligação*”. Em circunstâncias extremas, essa memória pode ser transmitida para os que não estavam realmente presentes ao evento traumático, mas que, através do relato dos que o vivenciaram, tomam para si um sentimento de pertença, de identidade.

Incorporando o Eu no próprio texto como possibilidade de escrita que dilui os limites do “literário”, Mercado constrói um arquivo de memórias alheias. Assim

se apreende *Em estado de memória* a tensão identitária do sujeito, o olhar reconstitutivo do passado (trauma e luto). E, como condição de materializar o texto, propõe um novo sentido para a escritura do relato memorialístico, uma tessitura que tem emergido na literatura contemporânea e que tem sido chamada por alguns de "herdar memória", ou seja, participar ativamente da memória de outros, a tal ponto que mal se discerne o que é memória vivida ou compartilhada, conduzindo o leitor a andar ciclicamente no texto.

Pollack (1992) assevera que a memória se constitui como um fenômeno social e individual, e no caso de uma memória herdada, construída pelo discurso de outrem, provém de uma ordem hermenêutica. Esse sentimento de identidade está sendo tomada por um sentido supérfluo, que é o sentido da imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida a respeito dela própria, uma vestimenta que a faz acreditar na própria representação, como também na maneira como ela quer ser percebida pelos outros, na criação de uma imagem representativa, na qual ela procura assegurar-se.

Na concepção benjaminiana, a experiência encontra-se afastada do senso comum, visto que o autor a coloca como algo que é inseparável do indivíduo, ligado direta e subjetivamente à realidade. Assim, entendemos por eventos traumáticos alguns tipos de experiência falha que resultam na impossibilidade de ser narrados, e deságuam no vazio. Por outro lado, o processo que confere o luto exige que, depois de um período de silêncio, aquilo que se viveu seja narrado, que a memória possa falar e dar ao corpo o alívio da dor, escrever para lembrar, para não permitir que as imagens, as palavras

se evaporem no tempo. Para Marianne Hirsch (1997) o trauma possui um impacto não só psíquico, mas corporal e afetivo, e suas consequências fazem com que as formas de lembrá-lo excedam os limites e as metodologias tradicionais dos sistemas de arquivamento.

Le Goff (1996) ressalta que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva. No entanto, não se trata só de uma conquista, mas de um instrumento e de um objeto de poder, que pode ser compreendido pelas lutas e disputas pela dominação de um tipo de recordação e de sua inscrição na tradição (LE GOFF, 1996). Existe, portanto, uma memória oficial e canonizada que se constrói também sobre o silenciamento de outras memórias, minoritárias ou vencidas, que, em determinado momento, podem reconquistar voz e visibilidade.

O caráter de redenção que a narração da memória carrega é retratado por Mercado quando ela resolve findar o silêncio e se dispõe a relatar o assunto que a angustia: a experiência do exílio. Mercado se apropria, assim, de experiências compartilhadas por muitos em situação de desterro para criar uma das narrativas mais contundentes da literatura latino-americana. Temos uma passagem do texto, o encontro com um homem chamado Cindal, que na sala de espera de uma clínica psiquiátrica busca ajuda desesperado, e

traça uma letra fulgurante e vermelha com as feridas da úlcera, e sangra por dentro em torres, e acaba indo embora para o outro mundo, nesse arrastão, afogado no próprio sangue (MERCADO, 2011, p.12).

A autora utiliza a linguagem alegórica para entrar no campo em que as palavras seriam ineficientes para representar o estado de mudez em que as vítimas se encontram. De acordo com Gagnebin (2011, p. 70):

Se o esquecimento da tradição, em particular da Lei, é bem a culpa desconhecida que deve ser expiada indefinidamente, esta espécie de vazio turvo e inquieto [...] é o indicio de uma outra lei: a da literatura que poderia, então, ser definida, não só como a reapropriação do real na alegria de palavras clarividentes, mas também, e talvez mais ainda, como a passagem obrigatória por uma falta, por uma insuficiência crônica que não conhece nenhum remédio e, por isso, continua procurando pelas palavras.

O que pode se evidenciado no texto de Mercado (2011, p. 14):

Não tinha controle sobre suas súplicas, havia descido de joelhos até a genuflexão, dobrava-se, nenhum orgulho podia deter então a consciência do seu fim. Eu, ao contrário, postergo qualquer afloramento da angústia de maneira obstinada, em grande parte por boa educação, para não arruinar a festa de ninguém, escondendo, com artimanhas, os altos picos de aflição que me assaltam. Seria muito difícil manifestá-los, decepcionar as pessoas, fazê-las ver que a antiga seiva do poema, 'a que pelo verde talo impulsionava a flor, a mesma que impulsionava meus verdes anos', era na realidade, uma perfeita indutora de úlcera e gastrite, e que derrubar a tranquilidade com que me viam pastorear as horas e os dias não teria servido para nada (grifo do autor).

Indivíduos que passaram pelo processo de resistência, ao assumirem a condição de vítimas, podem descontextualizar o papel que lhes cabe de sobreviventes e amenizar a tirania dos opressores. Pollack (1992) chama atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias dos fatos, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e as “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre a sociedade totalizantes e os grupos minoritários. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem à mais legitimada e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional. A propósito, Le Goff (1996) observa que, no processo de recordação ou de esquecimento, consciente ou inconscientemente a memória de grupos sociais é colocada em jogo e manipulada de acordo com os interesses das forças na luta pelo poder:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (p. 426).

Gagnebin (2011, p. 70) acredita que diante de infortúnios não gloriosos

o esquecimento parece bem ser a condição de memória [...]. Ao mesmo tempo em que certamente encontramos em um impasse da narrativa entre o parecer da memória e o desejo de conservar, de resguardar, de salvar o passado do esquecimento.

Os textos de Sarlo sobre a experiência da memória nos relatos e a subjetividade dos discursos que buscam presentificar o passado justificando-o no presente, podem ajudar a compreender o relato de Mercado. Sarlo (2007) explica que a rememoração de um passado nem sempre acontece como uma força libertadora que dá alívio, ao contrário, nesse processo está envolvida uma série de questões psicológicas, intelectuais ou morais que pode atuar como força de repressão. Essas experiências, ao serem trazidas à tona, podem evocar outras correntes de lembranças, voluntárias e involuntárias, objetivadas ou não. Sarlo (2007, p. 17) nos conduz, assim, ao princípio de que “O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as curiosidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente”.

A narração é constituída de memória e esquecimento. Para Benjamin a “memória involuntária” é mais próxima do esquecimento que da memória e no “tecido do lembrar [...] o que transparece, o que também volta à superfície da narrativa são os ornamentos do olvido” (GAGNEBIN, 2011, p. 71). E abaixo na citação do romance:

Não podia, pois, me entregar sem reservas à produção ilimitada de imagens de minha fábrica oculta. Ainda que esse dorme-acorda não me oferecesse uma explicação do efeito alvéolo, ele constituía meu alimento principal: esporádico, ele se escamoteava perante meu desejo de submergir-me e, durante longos períodos, permanecia (e permanece) fechado, bloqueando-me a aventura e obrigando-me a controlar a percepção. Ali, apesar do risco, eu sondava alguma cena perdida que pudesse ter configurado o sin-

toma, queria encontrar no sonho o que a razão me negava. Essa busca não poderia ter outro lugar que o recinto de olhos fechados para dentro, onde a concentração é máxima, e a perda de imagens, mínima (MERCADO, 2011, p. 109).

O traço inseparável entre a experiência e a ressignificação se evidencia na subjetividade da narrativa, detectável nas lacunas do texto ao mesmo tempo em que cogita recriar o vivido. É a base para a compreensão da experiência como reconstrução de uma vivência traumática, “reconstruir para lembrar e depois esquecer”. Nesse sentido, a escrita de Mercado se aproxima das ideias de Éclea Bosi (1994) sobre buscar na memória uma aceitação para tudo o que aconteceu, ou simplesmente reconstruir fatos que auxiliem numa compreensão de si mesmo. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55).

Destarte, sabe-se que a escrita de si mesmo está situada no campo das reminiscências (memória) e a hegemonia do presente sobre o passado no discurso faz parte da ordem da experiência e como tal se apoia na memória e na subjetividade. Dessa forma, Mercado organiza uma sinopse de ideias sobre sua própria trajetória de vida por meio de textos memorialísticos, resultante da lembrança que agora se transforma em linguagem, adicionada à imaginação e ao olhar particular sobre aquilo que se viveu como “testemunha” ouvinte de companheiros, e de si mesma, recriando situações, mostrando uma realidade ao mesmo tempo ficcional e inenarrável.

Acreditamos que esse estilo de escrita, focado em narrar experiências vivenciadas que despontam depois de um tempo de silêncio, seria, de certa maneira, uma resposta ao questionamento sobre a possibilidade de uma narração ser capaz de descrever o passado (memória) e, ao mesmo tempo, preencher suas faltas e sufocar seus traumas, ressignificando-o através da re-presentação. Ao analisarmos o papel da experiência, memória e pós-memória na elaboração do texto de Mercado, percebemos que a memória pode servir de elemento reconstrutor no sentido de dar um contorno à experiência, como também de representação na construção do discurso literário. Desse ponto de vista, a narrativa que emerge da rememoração das vítimas seria uma maneira de representação tanto social como individual das experiências vividas e ressignificadas através dos relatos, trazendo pela escrita o que por muito tempo esteve emudecido na voz dos silenciados.

Mercado traz em seu texto relatos de si e de outros, numa tentativa de rememorar as experiências compartilhadas entre os grupos durante o período de exílio. Abraçamos, então, a ideia de que Mercado escreve com a finalidade de compreender como se dá essa relação entre sua experiência de exílio e a dos outros, reforçando uma memória formada pela coletividade, ao mesmo tempo em que busca um remédio para a dor na própria (dolorosa) rememoração.

Referências

- ACHARD, Pierre. [et al.]. **Papel da memória**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense. 1996.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HIRSCH, Marianne. Family pictures: maus, mourning, and post-memory. **Discourse**, Cambridge, USA, v. 15, n. 2, p. 3–29, 1997.
- HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- MERCADO, Tununa. **Em estado de memória**. Tradução Idelber Avelar. São Paulo: Record, 2011.
- POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Semestral.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.